



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

**PRESIDENTE: CALVO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 03/12/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

**O SR. PRESIDENTE (Natalini)** – Boa tarde a todos. Na qualidade de presidente da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, declaro abertos os trabalhos da 25ª audiência pública, do ano de 2014, que tem como pauta o esclarecimento de eventuais irregularidades no abastecimento dos sistemas de ATTI – Assessoria Técnica de Tecnologia da Informação, descumprimento de protocolos, criação de sistemas de informações paralelos.

Presente o Vereador Natalini, que preside esta audiência pública.

Temos ainda a seguir, dois pontos de pauta que vamos tratar, embora não estejam na pauta oficial, mas abriremos para organizar tais pontos. Tendo sido procurados por algumas pessoas, vamos fazer essa flexão na nossa agenda para colocar as questões na pauta e dar a oportunidade de as pessoas se apresentarem e as propostas serem explicitadas.

Informo que esta reunião está sendo “transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), link Auditórios On Line”.

Para compor a mesa, chamamos a Sra. Ângela Custódio de Almeida, representando a Sra. Isabel Cristina, da Coordenação do Sistema Municipal de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria; a Sra. Heloisa Helena Andretta, Assessora Técnica de Tecnologia e Informação. Estamos aguardando a chegada da Sra. Regiane Calixta Gonçalves.

Gostaria que o Ivan explicasse exatamente o ponto. Recebemos um munícipe que nos fez uma queixa a respeito do funcionamento da marcação de consultas em unidades de saúde. Nós avaliamos a sua colocação e vimos que havia procedência.

Peço a ele que apresente a situação de forma resumida, sem estender muito, aquilo que você trouxe de problema para nós aqui no microfone, depois darei a palavra aos representantes da Secretaria para responder, reconhecer ou não a relevância do assunto e, se for o caso, encaminhar soluções que possam melhorar. A nossa intenção nesta audiência é melhorar, nunca piorar. Apresente-se e coloque a sua questão, por favor.

**O SR. LEMOEL LEMES** – Boa tarde a todos, meu nome é Lemoel Lemes, sou da zona Leste, bairro Guaianases.

Foi necessário trazer a demanda até a Câmara Municipal de São Paulo, porque ela já está formalizada no 136, Ouvidoria Geral do SUS. Até hoje a Secretaria Municipal de Saúde não deu devolução quanto a isso, já tem mais de um ano.

O problema é que dentro das unidades de São Paulo, no setor de Regulação algumas OSS estão com autonomia de estar criando o sistema de informação paralelo. Ou seja, que é gerada dentro da unidade, não está sendo encaminhada diretamente para o SIGA. Quando o paciente sai da sala do médico, ou com exames, consultas ou procedimento para estar agendando por meio de regulação, não é o sistema SIGA que está sendo utilizado. Tem unidades que estão criando banco de dados, em planilhas de sistema Axel que é único, só em um computador, isso interfere muito, não só para a questão de o Município ter acesso à vaga, a solicitação, que ele apresenta. Mas também é muito importante porque a partir do sistema Siga, se não me engano é que a Secretaria Municipal de Saúde presta esclarecimentos da produção, da demanda, da real necessidade daquela região. Acredito que quando a Secretaria Municipal anunciou em algum período, temos tanto, “x” “n” número de vagas, em aguardo, esse número é fictício, em nenhum momento, de uma unidade apenas, por exemplo, não foi inserido nesse relatório, porque a partir do sistema SIGA você coloca lá, para gerar o protocolo de ativo e inativo, não é correto, no sistema SIGA tem essa disponibilidade. Se vocês tiverem acesso ao sistema SIGA aqui da mesa, e, por exemplo, for pedido para vocês entrar tal período, até em meados de 2012, na unidade UBS Vila Dionisia II, pela ASF que é a OSS que gerencia ela, não vão encontrar nada. Relatório de absenteísmo e demanda reprimida, vocês não têm. Eu era do setor e era orientado a não emitir. Fui questionar o pessoal da SUVIS, eles não se manifestaram. Fui questionar o pessoal da coordenadoria, Archibaldo, tenho isso em e-mail, que ele tem conhecimento de tudo isso na época, que antes mesmo de se formalizar a denúncia no Ministério da Saúde, que já está mais de um ano, isso na Câmara Municipal de São Paulo, está uns três meses. Gostaria de saber por que a OSS tem autonomia se vocês tem como, se chegou ao seu gabinete, a sua coordenação que está sendo realizado isso, e o

porque, comprovado que está sendo realizado. Porque vocês já não fiscalizaram? Todas as SUBS daquela região, tem de dar prestação para a coordenaria. Todas as coordenadorias têm de dar prestação para a central. Onde está a deficiência, está lá embaixo, ou isso sobe em questão hierárquica também? Até a coordenaria norte, tenho certeza que eles têm conhecimento que não tomaram nenhuma atitude quanto a isso.

**O SR. PRESIDENTE (Natalini)** – Vocês entenderam a questão? Com a palavra a Sra. Heloisa.

**A SRA. HELOISA** – Sou coordenadora da Assessoria Técnica de Tecnologia de Informação, a gente desenvolve, homologa, e implanta o sistema SIGA Saúde, que é esse que usamos em todas as unidades. Recebemos essa denúncia do Lemoel, sim, ele até falou com a Joice, Secretaria da TTI, fomos buscar, conhecer qual era o problema. O Evandro, que é o técnico da TTI que fica na coordenaria Norte, visitou as duas unidades do Vila Dionisia, e na época orientou o uso do SIGA. Essa pode ser uma denuncia da época, de 2012, mas hoje isso não acontece mais. Hoje temos a fila de espera do Vila Dionisia no SIGA, os funcionários da unidade são treinados, conhecem o SIGA e usam o SIGA. A orientação da secretaria, comportaria, é de obrigatoriedade do uso do SIGA saúde em todas as unidades da rede, sejam elas de gestão de OS, diretas ou de parceiros de Estratégia Saúde da Família é uma obrigatoriedade o uso do SIGA-Saúde para a gente conhecer exatamente a nossa demanda. Então tem. Quando a gente não consegue uma consulta, aquele usuário vai para a fila de espera, inclusive hoje existe um impresso, possível de ser gerado e fornecido ao usuário, para ele saber em que lugar está na fila de espera.

Hoje, essa é a prática das nossas unidades. Inclusive o Evandro esteve novamente na Vila Dionisia, depois que respondemos essa questão para a Ouvidoria e ele constatou que naquele local se usa hoje o SIGA-Saúde como deve ser usado.

**O SR. PRESIDENTE (Natalini)** – A senhora quer falar também? Por favor.

**A SRA. ALICE ÂNGELA CUSTÓDIO DE ALMEIDA** - Boa tarde. Represento aqui a

Dra. Isabel Nomiya, Coordenadora de Regulação no Gabinete na Secretaria Municipal de Saúde.

Do ponto de vista da Regulação, não existe nenhuma relação com o fato. Eles chamam de Regulação o local na unidade aonde são realizados os agendamentos e aonde o paciente se dirige pós-consulta. Normalmente, isso é chamado de Regulação, que não é a Regulação de fato.

A Regulação do ponto de vista do Ministério é outro tipo de coisa, mas isso é um setor de agendamento – como bem disse ele. É onde os pacientes saem dos consultórios e vão para agendar suas consultas.

Quando aconteceu de chegar essa reclamação do Lemoel, foi respondida pela Atenção Básica que à época tinha a gerência das unidades e isso fica a nível regional e não central. Quanto ao controle do sistema, a ATTI – como a Heloisa já disse - é que detém o controle do sistema e da utilização e não a Regulação, que é usuária do sistema como todos os outros na rede e não responde pelo sistema em si. Quem responde mais essa questão é a ATTI, representada pela Heloisa.

A Regulação não responde pelo uso do sistema SIGA. A Regulação é uma usuária desse sistema, como todas as unidades e como todos são.

**O SR. PRESIDENTE (Natalini)** – Muito obrigado. Também chamamos por ofício, que está em minhas mãos, do dia 26 de novembro e assinado pelo Presidente Calvo, a Sra. Regiane Calixto Gonçalves, da Coordenadoria de Atenção Básica. Ela não veio e nem deu nenhuma satisfação. Há alguém a representando aqui? Também não mandou nenhum representante.

A senhora está representando-a?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Natalini)** – Mas a senhora não é representante dela. Então ela não veio e não mandou representante. A verdade é essa. Depois faremos as devidas

reclamações a respeito do tratamento que ela deu à Comissão.

O senhor gostaria de se manifestar?

**O SR.** \_\_\_\_\_ - Pedimos que a Coordenadoria da região Norte enviasse a Dra. Zeni, Supervisora da região onde estão instaladas essas duas unidades. Não é isso? Se eventualmente achar que é oportuno ela fazer uso da palavra...

**O SR. PRESIDENTE (Natalini)** – O Assessor Parlamentar está credenciando-a na hora certa e no momento exato, depois a senhora se manifesta.

Com a palavra o Sr. Noel, por favor.

**O SR. NOEL** - No caso, na verdade, a Secretaria reconheceu que tem, que houve essa falha periodicamente e que, agora, houve essa correção. Entretanto, trouxe um documento em que isso não ocorre só na zona Norte. Trouxe um agendamento do Siga, de uma unidade pertencente a outra OSS Santa Marcelina, Unidade UBS Jardim Soares II. Trata-se de uma solicitação para agendamento de cirurgia pediátrica de fimose. No caso, 25 de fevereiro foi a data da solicitação do médico. Se formos ver a parte de trás do documento, verificamos que no dia 25/02 ele foi encaminhado para planilha e não para o Siga. Esse encaminhamento é do meu filho. Se você entrar com o cartão do SUS do meu filho, você não encontrará nenhuma solicitação relacionada a esse encaminhamento, que foi um médico, com CRM, com carimbo da Santa Marcelina, que fez.

A data que saiu para agendamento, que era de fevereiro, foi para 21 de agosto – seis meses!

Além disso, ele não pode passar em atendimento porque o protocolo não foi cumprido nem pela unidade solicitante, nem pela executante. Recebi orientação para voltar na unidade e pedir reagendamento!

Durante seis meses fiquei aguardando por essa planilha e ela não consta no sistema Siga. Tanto a Coordenadoria de Regulação de Auditoria, como a TTI, informaram que desconheciam isso. Agora, por que, mediante uma audiência pública, isso não ocorre mais!?

Isso ocorre até hoje. O sistema de regulação não é só uma ferramenta, é um setor.

Trabalhei no Ama Especialidade Burgo Paulista e posso dizer que a Dra. Isabel conhece a gerente de lá. Inclusive, em 2011, lá tivemos uma semana de mutirão de fila de espera. Eu era o líder da equipe da regulação daquela unidade e estávamos recebendo milhares de reclamações da Coordenadoria. Na época, estava saindo o Dr. Luis Gomes e estava assumindo o Dr. Michael de Paula. Recebíamos orientações para não usarmos nenhum outro sistema que não fosse o Siga e o *e-mail* institucional.

Quando eu fui para a Norte, eu vi que lá eles não usam o *e-mail* institucional e por quê? Se for *g-mail* como a Prefeitura, a Secretaria Municipal de Saúde, pode fiscalizar aquela demanda? Se eles encaminharem qualquer tipo de informação a partir desse *e-mail* ninguém terá acesso.

A Secretaria Municipal de Saúde, a partir do Dr. Eurípedes, tem prova de que a Unidade UBS Dionísia II pede cancelamento do meu *login* oito meses depois de eu já não estar trabalhando. Oito meses depois o meu *login* ainda estava ativo, ele ainda estava fazendo agendamento e eu não estou falando do sistema só SIGA. A Prefeitura também está utilizando o sistema de ferramenta que é gerenciado pelo Estado. O sistema CROSS. No sistema CROSS o meu último *login* foi a Dra. Isabel que fez de dentro da Secretaria Municipal de Saúde de Itabacuera no telefone.

Se eu pedir o relatório dos últimos *logins* do IP, o IP vai ser o da mesa dela oito meses depois que eu já não estava trabalhando na OSS meu *login* ainda estava ativo. Eles tendo acesso a fazer agendamento de vagas que vão ser custeadas pelo estado. Então, não só está havendo uma fronteira municipal, essas ferramentas disponibilizam vagas de recursos não só municipais. Não tem como eu simplesmente me contentar com uma resposta de que desconhecemos o fato. Isso já foi homologado no Ministério da Saúde, no 136, há mais de um ano. Lá se eu ligar agora no meu telefone, eu passo todo o protocolo que está dentro do ofício a qual a Secretaria de Saúde diz que desconhece.

Nesse período ocorreu isso mesmo e agora não está tendo? Qual é a divergência de informação?

**O SR. PRESIDENTE (Natalini)** – Heloísa, você queria falar, parece que persiste o problema? Você tem condições de responder?

**A SRA. HELOISA** – Esse daqui temos de verificar, já anotei os dados aqui para verificar se estava na fila de espera, se não estava, anotei os dados do cartão SUS para a gente verificar.

P – Vocês tem tido notícia desse tipo de problema?

R – Não.

P – A notícia que foi trazida por ele, vocês conhecem só a notícia dele?

R – Só.

**O SR.** \_\_\_\_\_ - Infelizmente, eu posso falar isso do dia a dia da unidade básica que atende a comunidade onde eu moro. Quando você vai reclamar com o gerente, não vou lembrar o nome dela, que também não convém citar, eles falam para você reclamar com o Prefeito, para você reclamar com a Dilma. Faz ouvidoria, só que acontece o quê? A partir do momento que você liga no 136, a primeira coisa que eles te orientam: procure a Secretaria Municipal de Saúde. Agora, eu pergunto para cada um de vocês aqui: se vocês tivessem uma deficiência própria, vocês se autoinvestigariam ou vocês tentariam...? Dariam um tiro no seu próprio pé?

A ouvidoria que eu fiz que tudo isso prova não é só publicar, é no Ministério da Saúde, 136. A Joice foi a única pessoa que teve acesso a demanda assim que estava lá. Ela teve acesso, ela deu uma resposta, só que infelizmente a Joice está afastada desde então e eu não consigo mais ter contato com ela também. Ela foi a única pessoa dentro da Secretaria Municipal de Saúde que assumiu que tomou conhecimento na época. Até agora só houve o consentimento que isso existiu mesmo agora.

**A SRA. HELOISA** – A Joice é secretária na TTI, ela trabalha na TTI. Na época da



denúncia a gente respondeu sim. Foi para gente e a gente respondeu.

**O SR. PRESIDENTE (Natalini)** – São as respostas daqui.

R – Essas são de agora.

P – Acho que são da época. Tem de tudo, da época e de agora. Isso é um requerimento nosso. Qual é a sua noção sobre isso? Você acha que é um caso pontual ou isso está acontecendo...?

R – Acho que a gente tem de verificar, lógico, vou verificar o caso do filho dele, que é o caso que ele está trazendo agora.

P – A senhora tem condições de ver se o que aconteceu, que ele está trazendo aqui, é um caso pontual ou se isso tem sido um problema na logística?

R – Não tem sido um problema porque a gente tem a fila de espera sim. A gente reconhece que temos uma fila de espera e a gente faz a gestão dessa fila de espera. Todas as nossas unidades colocam os cidadãos na fila de espera quando não há vaga disponível. É uma prática de uso porque ela sabe que só vai conseguir uma vaga se aquele usuário estiver na fila de espera. Fazemos um agendamento automático à noite porque a unidade faz uma gestão da fila de espera.

**O SR. NATALINI** – O que ele está trazendo de dúvida que é relevante - inclusive para trazer vocês aqui e conversarmos - é que existe o sistema oficial de marcação e que há uma prática de unidade de saúde - ele trouxe dois casos aqui – sob gestão de organização social de ter uma rede paralela de marcação.

**A SRA.** – Na verdade não pode ser paralelo de marcação porque a marcação só acontece no SIGA. Qualquer unidade nossa só vai atender o que está agendado no SIGA. Então, se ele colocar em outro lugar que não seja no SIGA, ele nunca será atendido.

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Então, a senhora acaba de assumir que se a pessoa não é inserida no SIGA, como que nessa questão periódica que teve que foi assumida pela Secretária no Dionísia, como que os munícipes estavam tendo acesso?

Eu sei explicar. Simplesmente, eles só conseguiam a vaga se a vaga estivesse disponibilizada ali. Se tinha vaga para agendamento próprio, vaga livre. A fila de espera ...

**A SRA.** – Mas onde era? No SIGA.

R – Não. No sistema paralelo.

Essa fila de espera, a cada 30 dias, todo o banco de dados é excluído e a pessoa tem de ir e renovar. Isso está na denúncia na própria ouvidoria, eu fiz. A cada 30 dias o município tinha de voltar na unidade e lembrá-la que ela ainda não havia cumprido com o dever dela de dar a vaga. Caso ele não fosse, ele não teria a solicitação reativada nesse sistema paralelo.

-Manifestação fora do microfone.

A unidade solicitante. Na hora que é inserida na fila de espera. Não é inserido no SIGA. Foi inserido em uma planilha como ainda hoje é adotada em algumas unidades. Eu trouxe isso que é recente, não é do período, e é inserido em qualquer tipo de sistema, em uma planilha de *Word*, de *Acess*, e vai excluindo conforme vai tendo a vaga disponível, o profissional do setor de regulação da unidade.

Busca a vaga. Se a vaga está livre, clica, copia o cartão do SUS, control C, control V e já está agendado. Isso dá para fazer, só que o que acontece quando você tem uma unidade que você vai enchendo a fila de espera e você não consegue suprir essa fila de espera, é uma montanha, uma bola de neve.

**O SR. NATALINI** – Dra. Zeni, Supervisora de Saúde da Casa Verde e Limão, com a palavra.

**A SRA. ZENI** – Boa tarde a todos. A minha explicação será bem clara porque como nós procedemos tanto na unidade de Vila Dionísio, quanto de Vila Dionísia II. Na época, o (?) trabalhou como ata. Ele foi contratado pela Associação da Saúde da Família para trabalhar na Unidade Básica de Saúde Vila Dionísia II. Essa contratação se efetuou alguns dias ou meses antes dessa unidade ficar pronta e para isso ele ficou prestando serviço, atendendo e

aprendendo o serviço no Vila Dionísia.

A Supervisão Técnica de Saúde assim como a Coordenadoria da Norte sempre trabalhou respeitando os canais de marcação de consulta através da via SIGA. Não temos linhas paralelas. Não existe possibilidade de marcação de consulta em paralelo. O que acontece até hoje no Vila Dionísia? No Vila Dionísia, a pessoa que trabalha na regulação da unidade, como a doutora já explicou é onde ela capta as necessidades de consulta para poder investigar onde tem um local mais próximo, um local mais adequado de encaminhamento, essa pessoa é deficiente visual. Ela foi admitida no serviço público em 2001 e ela não tinha condições de trabalho, porque não existia um programa adequado para que ela pudesse trabalhar e fazer o que ela faz até hoje – muito bem feito – que é a regulação da unidade Vila Dionísia.

Criou-se não um programa, mas um instrumento de trabalho paralelo: uma lista de dados dos usuários para ela acessar, a partir da consulta agendada ou de um exame já estabelecido.

Então, não temos condições de criar esse agendamento paralelo. Como a Sra. Heloisa já explicou, não existe sistema para isso e não há motivo para burlarmos o sistema para esse agendamento.

A unidade é supervisionada pela Coordenadoria Norte. Além disso, há uma pessoa responsável por supervisionar cada unidade e qualquer problema que possa apresentar, e sempre procuramos resolver junto com a Norte e junto com a Secretaria.

Eu gostaria de esclarecer que em 2012 não havia nada. Respeitamos o Siga. E o que existe hoje é um instrumento de trabalho para essa funcionária que é deficiente visual poder trabalhar.

Obrigada.

**O SR.** – Só para entender, eu conheço essa funcionária que é deficiente visual e é verdade que ela faz um trabalho excelente. Mas, primeiro, não há só uma pessoa que trabalha

na regulação, também trabalha a Sra. Priscila, porque é impossível para um funcionário somente conduzir os trabalhos daquele setor. Segundo, o fato de haver uma pessoa com deficiência visual e com dificuldade de acessibilidade à informação é justificativa para criar um sistema para toda a unidade? Simplesmente a outra funcionária Priscila não poderia abastecer o sistema Siga depois? Porque isso não é feito.

Se entrar no sistema Siga e pedir o relatório ativo e inativo de fila de espera da unidade, não encontramos nada. E isso vai contra ao que a senhora afirmou aqui. E a ferramenta principal, a que está protocolada e que, segundo as diretrizes da própria SMS, é a única ferramenta a se utilizar, do sistema Siga? Por que isso ficou de lado, já que a justificativa foi a existência da funcionária deficiente visual?

A gestora orientava a não abastecer o Siga. Não há nenhum registro. Então, de uma maneira ou de outra, você está só assumindo que usava uma ferramenta, um sistema, uma planilha, paralelamente, e vocês não utilizavam o Siga. Então, baseado nisso, o que foi feito com as prestações de conta do Município nesse período em que, só nessa unidade não foram inseridos esses dados no relatório central, porque vocês têm que fazer uma declaração – “a gente tem tantos na fila de espera”. Se não está no Siga, porque a funcionária não tinha acesso visualmente ao sistema, ou não tinha como abastecer, é justificativa? Uma coisa é coerente com a outra, ou simplesmente você está dando informação? Só que o ponto principal é a criação do sistema, a questão de burlar o protocolo público, de facilitação de terceiros, porque a OSS tem gestão, é uma parceria, e nessa parceria com a Supervisão... A senhora mesmo falou que eu fui admitido nela...

**A SRA.** – A Associação, nesse momento, não é uma organização. Nós temos um parceiro, um contrato de parceria. E a Associação, assim como o parceiro, não tem gerência alguma, nenhuma, em...

**R** – Na Unidade tem.

**A SRA.** – Ela tem ingerência sobre funcionários de recursos humanos. Ela

admite, ela contrata. A gerência da Unidade é a gerência da Supervisão. Isso, qualquer trabalho, qualquer instrumento de trabalho, qualquer programa estabelecido, é da supervisão de saúde.

**R** – Então o consentimento para utilizar, para se tornar rotina nessa unidade, desse sistema paralelo, não veio da Associação da Saúde da Família, e, sim, da SUVs? É isso que a senhora está afirmando?

**A SRA.** – Para começar, não é SUVs, é Supervisão Técnica de Saúde. Não veio da Associação, de forma alguma. Esse instrumento de trabalho foi criado por funcionários da Supervisão, especificamente um técnico, que também tem formação em informática, para facilitar o trabalho do deficiente visual. Não é um programa, é um instrumento de trabalho. Criamos isso porque é uma pessoa competente, e sua deficiência visual em momento nenhum a impediu de trabalhar e continuar trabalhando. Não tenho muito mais a declarar. A Unidade Básica de Saúde Vila Dionísia tem como supervisão da nossa Supervisão de Saúde Casa Verde, que somos subordinadas à Coordenaria Norte, e todos os instrumentos lançados pelos funcionários da Vila Dionísia, a Supervisão tem conhecimento, assim como a Coordenadoria de Saúde. Em nenhum momento, houve má fé. O Vila Dionísia é uma das minhas melhores regulações em 13 unidades de saúde, senão a melhor. E em grande parte do dia é controlada por essa pessoa. Então seria até indigno de nossa parte não ter um instrumento para essa funcionária que quer trabalhar, e é isso que acontece. Não tem como eu pedir, eu retirar pacientes de uma lista de espera, Siga, e ele ter que renovar a cada 30 dias. Isso não existe. Todo mundo que sabe, que tem propriedade do que é uma lista, um sistema Siga, nós precisamos buscar as vagas de referência, se não na nossa região, em outra região, nas redes Hora Certa, nos ambulatório de especialidade, quer seja da minha região ou não. Isso demanda algum tempo, algum trabalho, e, sim, uma pequena lista de espera, embora não seja essa a nossa filosofia, e a nossa lista já diminuiu muito com todos os instrumentos de trabalhos que foram lançados pela Secretaria Municipal.

Então a minha parte, Sr. Vereador, quero deixar bem claro, é um instrumento de trabalho. Jamais um programa paralelo porque não temos autoridade, quiçá competência para instalar um programa paralelo ao Siga dentro de cada unidade. É isso.

**O SR. PRESIDENTE (Natalini)** - Muito bem. Vou fazer o seguinte: acho que agora tudo o que for para diante não vai render mais conhecimento nenhum e nem vai esclarecer mais nada.

Demos oportunidade, avaliamos tecnicamente o que foi trazido pelo Manoel e achamos que o que ele trouxe merecia uma conversa mais aprofundada porque a questão da marcação de consulta no Município é um problema ainda enfrentado pelos usuários do SUS e pelos gestores. É um problema concreto. Foi matéria de jornal agora no sábado. E não é só problema de jornal, a questão existe.

Então baseados nas informações da assessoria técnica da Comissão demos importância para o que ele trouxe. Aqui temos duas opiniões, não chegamos a uma convergência e não vamos esclarecer isso aqui. Não tem jeito. A gestão tem uma opinião e ele continua insistindo na opinião dele.

Então o que posso fazer, como temos mais pontos de pauta, é terminar essa conversa por aqui provisoriamente e nós da Comissão vamos então desdobrar a atenção, o olhar de forma mais aprofundada para o assunto, para ver se o que está sendo trazido procede, ou se é uma coisa pontual como foi dito aqui, enfim.

Não estamos encerrando a conversa. Estamos encerrando a oitiva, como chamamos a audiência, para continuar depois. Talvez façamos visitas no local, conversar com as pessoas, com os próprios gestores e também com os usuários.

Para terminar esse assunto vou dar a palavra ao Dr. Eurípedes, depois vamos desfazer a Mesa, porque acho que não vamos conseguir mais consenso aqui.

**O SR. EURÍPEDES** – Boa tarde, Vereador, senhoras e senhores, o que consegui entender, um pouco das conversas da Secretaria, é de conhecimento público de que quando

assumimos o Governo tínhamos o problema no gerenciamento do sistema Siga, que na época não foi apresentado nem por nós. Na verdade foi apresentado pelos jornais mostrando aquela fila de espera que havia e que tomamos conhecimento quando assumimos.

Isso foi administrado – a Dra. Heloísa já explicou aqui – e agora o que eventualmente pode haver é uma questão do manuseio dos retornos nas unidades. Não sei se a Dra. Zeni tem informação sobre isso: como acontece a questão dos retornos, para que não haja confusão entre as consultas novas, aquelas que são marcadas pela primeira vez e retornos. Quer dizer, essa é uma questão em que estamos trabalhando e não sei como acontece no dia a dia das unidades.

Pelo que entendi, o período referido foi 2012 e realmente havia o problema. É público isso, como já disse. Agora, no presente momento há essa questão dos retornos que eu desconheço como está na realidade atual.

**O SR. PRESIDENTE (Natalini)** – Está bem. Então vou encaminhar do jeito que já disse. Vamos continuar avaliando, averiguando, esclarecendo com a ajuda de vocês e também com o acompanhamento de quem trouxe a questão. E vamos também ouvir outras pessoas que tenham conhecimento.

Quero agradecer a minha colega médica, Dra. Zeni Rose Tolo, Supervisora de Saúde da Casa Verde, Cachoeirinha e Limão. Obrigado pela presença. Queria agradecer também à Alice Ângela Custódio, representando Isabel Cristina; Heloísa Helena, assessora da Tecnologia da Informação – TTI; e o Lenoel, que está cumprindo seu papel de cidadão, de munícipe, de nos trazer à questão. Se precisarmos, entraremos em contato. Em nome da Câmara Municipal de São Paulo, em nome da Comissão de Saúde, agradeço a paciência de vocês. Obrigado.

Terminado o motivo da audiência, aproveito a oportunidade para tratar de três pontos.

Ontem votamos na Câmara Municipal de São Paulo – todos sabem – em primeira

discussão, foi votação unânime, não ouvi votos contra, creio estarem presentes 40 Vereadores, projeto mandado pelo Governo referente à carreira, à recuperação.

Lembro-me de que Toninho Vespoli foi o único que votou contra.

Quero lhes dizer que hoje estive no Hospital do Servidor Municipal, pela manhã, fiz uma vistoria. Toda semana tenho ido a várias unidades. Conversei com funcionários, o desespero é absoluto pela desagregação do Hospital, que é histórica, os salários muito baixos, as condições ruins pra trabalhar. E o Hospital, se não for socorrido, vai esfacelar. E eles estavam muito felizes devido à votação do projeto ontem, muitos vieram conversar, agradecer e tudo mais. Quero confessar a vocês – não sei se devia, mas vou confessar – tudo que vier para melhorar a vida dos funcionários públicos, em particular da Saúde, eu nunca me neguei de ajudar. Todos sabem, não sou um Vereador da situação, sou de oposição. Até estou um pouco brabo com o Prefeito. Ele foi à rádio Estadão, ontem, e generalizando uma situação causada por um Vereador da oposição, ele disse que a oposição não ama a cidade, que os Vereadores não trabalham, não amam a cidade, não fiscalizam. Soltou os cachorros e eu me senti muito ofendido porque não sou assim. Se eu tiver oportunidade, vou responder. Somos oposição por uma questão política, mas não somos idiotas ou anti-São Paulo. O que der certo no Governo, a gente quer que de certo mesmo.

Ontem votei a favor, em primeira discussão, mas quero confessar ao Dr. Eurípedes, amigo antigo a quem respeito muito, tenho dúvida, não tenho muita certeza quanto ao subsídio. Sei que o desespero de causa é enorme, vão ter aumento, é um desespero. Na visita aos hospitais, falei com muitos colegas médicos, com funcionários, com bucomaxilos, etc. Parte grande do pessoal não sabe bem o que é, tem uma leve noção, e uma parte acha, alguns mais velhos na carreira, uns acham que vai ser bom, outro não, enfim. Não tenho certeza de como vou me posicionar na questão do subsídio. Tenho um pouco de medo – estou confessando, não sei se deveria porque é confessar uma fraqueza, estou então dividindo com vocês a minha fraqueza. Meu medo é ajudar agora, de imediato, haver melhoria salarial para uma quantidade



grande de funcionários, mas a médio e longo prazo a gente prejudicar o funcionalismo público. Então, num prazo muito rápido tenho de buscar certeza para um lado ou para outro. Quero ajudar, colaborar e tudo mais. Por isso, ontem votei a favor porque o projeto de ontem é da Saúde e é um projeto que ainda depende de uma segunda votação e tudo mais. Espero conseguir convencimento para darmos um alívio salarial para o funcionalismo no geral, em particular para o setor Saúde.

Aqui na Comissão de Saúde, eu particularmente fui procurado e há três propostas. Duas questões são quanto aos cirurgiões-dentistas e outra dos educadores da saúde. Conversei com o Governo, conversei o representante da Saúde, Dr. Eurípedes. Quero dizer que foi paciente, ouviu bastante, foi colaborativo. Conversei com o Líder do Governo e demais membros da Comissão de Saúde. Há um documento do Marco Antonio Manfredini, que é secretário e Claudio Miyake, Presidente do CROSP, que fizeram pedido de emenda para equiparação dos cirurgiões-dentistas com os médicos da Prefeitura. Também há solicitação do Sindicato dos Cirurgiões-Dentistas, dos odontólogos pedindo o mesmo. Há outro documento dos cirurgiões-dentistas da Prefeitura – está aqui o Presidente, o Rubens – pedindo modificação na nomenclatura, acrescentando cirurgiões-dentistas à carreira porque omissos e, mais pra a frente, poderia dar problema.

Está presente o Vereador Netinho de Paula, obrigado pela presença.

É preciso que se diga que a luta pela equiparação salarial dos dentistas com os médicos não é de agora, ela vem de anos. Não sei quantos, mas é uma luta de anos. Entrei nisso há muito tempo, como Vereador e pessoa relacionada com os cirurgiões-dentistas, por quem tenho amizade, respeito, carinho pelas entidades, pelas pessoas que militam e tenho amigos na categoria. Não só por questão de amizade e relacionamento, é que eu acho que a categoria merece.

Estive em Campo Limpo, encontrei um buço trabalhando, atendendo um doente que estava todo arrebatado, e disse ao diretor do hospital: por que esse profissional tem de

ganhar metade do outro que está ali, se está fazendo um trabalho tão ou mais especializado do que um cirurgião? Estava reconstruindo a boca do sujeito, um trabalho altamente sofisticado. Por que ganham diferente?

O Prefeito anterior deu um passa-moleque em todos nós, em mim, particularmente, mas também na categoria, prometeu e não cumpriu. Não sei de quem é a música, *Maria Rosa prometeu e não cumpriu... jurou por Deus...* Saiu do cargo e nada fez, não mandou a lei de equiparação. Foi ruim, foi muito desagradável. Aí quando começou a nova Gestão, fui às entidades, procurei os amigos, vamos lá. Ficou meio que negociando, mas agora há o pedido oficial do CRO e do Sindicato para que façamos a emenda de equiparação salarial dos cirurgiões-dentistas com os médicos da Prefeitura do Município de São Paulo; e a emenda da mudança da nomenclatura da carreira.

Vou passar a palavra para o Manfredini e para o Sindicato, o presidente está aqui. Depois passo para a Associação. Assim poderão, de forma telegráfica, trazer oficialmente o pedido.

**O SR. MARCO ANTONIO MANFREDINI** – Boa tarde, Vereador Natalini, Vereador Netinho, colegas presentes, trabalhadores da Saúde, representantes da gestão.

Acho importante destacar que a nossa luta pela equiparação salarial vem desde 1993, quando o então Prefeito Paulo Maluf retirou a equiparação. Havíamos conseguido a equiparação entre cirurgiões-dentistas e médicos na gestão Jânio Quadros. A Prefeita Luiza Erundina manteve até 92, e em 93, quando o Prefeito Paulo Maluf encaminhou projeto criando o QPS, perdemos a equiparação. Como o Vereador Natalini relatou, na gestão anterior tivemos a promessa do Prefeito, infelizmente não foi cumprida, mas julgo oportuno destacar que tivemos aumento na gratificação do prêmio de produtividade e desempenho. Na realidade, ele está sendo agora absorvido e nos coloca no conjunto das profissões de Saúde como a que vai ter o menor reajuste comparado a todo o funcionalismo de nível superior na área da Saúde. A nossa gratificação de produtividade e desempenho é similar a da categoria médica e na

medida em que estamos sendo enquadrados aos demais profissionais da Saúde, comparativamente nosso aumento é menor.

O Conselho Regional de Odontologia de São Paulo está trabalhando em conjunto com as entidades representativas. Há um trabalho muito articulado com a Associação Odontológica da Prefeitura, que é a nossa representante na mesa de negociações da Secretaria Municipal da Saúde.

Reiteramos, já estivemos aqui em iniciativa do Vereador Rubens Calvo, com a presença do Sindicato e da Associação Odontológica, dia 19 de setembro, quando então nos manifestamos, antes da entrada do projeto de lei, quanto à necessidade do pagamento da equiparação dos cirurgiões-dentistas aos médicos. Essa justificativa técnica – não vou me estender – é sobejamente conhecida. Há iniciativas no âmbito do Executivo Nacional que contempla essa questão, também vem sendo objetivo de luta em São Paulo inteiro. O conselho então manifesta seu apoio às iniciativas que possam ser feitas pelo Legislativo. Queria pedir que a Comissão de Saúde pudesse nos auxiliar, sabemos que aqui há parceiros, para que possamos efetivamente apresentar emendas que melhorem a nossa situação nesse novo projeto de lei. E fundamentalmente fazemos a defesa da equiparação salarial, até porque entendemos que o trabalho do cirurgião-dentista tem de ser valorizado. Pensamos em construir uma saúde pública de qualidade nesta cidade.

Muito obrigado.

(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Natalini)** – Chamo agora o Sr. Pedro Petrelli, Presidente do Sindicato dos Dentistas. Há alguém da APCD que queira se manifestar? (Pausa) Não.

**O SR. PEDRO PETRELLI** – Boa tarde, Vereador Natalini e Vereador Netinho de Paula.

Agradeço o Vereador Natalini porque ele nunca abandonou essa luta. Às vezes, conversamos em seu gabinete, mesmo pelo telefone, ontem e hoje, nunca vimos o Vereador

abandonar essa luta, luta muito importante para a nossa categoria.

Aqui discutimos uma questão maior do que salário, discutimos a dignidade de uma profissão. Somos os melhores cirurgiões-dentistas do mundo. Em nenhum lugar do mundo há cirurgiões-dentistas tão especializados e bem preparados quanto no Brasil. Falo conhecedor de causa, o que estou falando, o mundo inteiro sabe disso, só no Brasil é que não. O nosso problema é quanto à valorização profissional. Não somos profissionais de segunda-categoria.

O Vereador acaba de descrever a cena de uma cirurgia bucomaxilo. No ato médico ficou bem certo de que a boca é nossa. Fomos chamados em Brasília de médicos especialistas da boca, durante o ato médico. Então o que está acontecendo aqui na Câmara? Estivemos com o Kassab - um passe moleque, e isso foi mesmo -, mas ele deixou na LDO de 2012 recursos que deveriam ser votados para poder equiparar nosso salário. O salário seria igual.

Temos uma lei federal de 1961 que diz: “no território nacional o médico e o cirurgião dentista têm de ganhar salários iguais”. Lamentavelmente, passaram-se 50 anos e agora que estamos regulamentando essa lei em Brasília.

Ela está na Comissão de Tributação e Finanças, mas o problema, aqui, não é levado porque existe a lei, porque nós queremos ganhar mais, não é isso não. A responsabilidade civil e criminal, nossa, é igualzinho à do médico. Nós temos o mesmo tipo de trabalho.

Não desvalorizo ninguém, porque vejo enfermeiros, assistentes de saúde, outros profissionais, pessoas que trabalham com a boca, com a comunidade, são tão importantes como o médico e o cirurgião dentista. Na Saúde, a equipe é muito profissional e ninguém pode ser desvalorizado. No Brasil, infelizmente... E nosso Prefeito está indo pelo mesmo caminho, e lamento isso, afinal, ele é casado com uma cirurgiã dentista. Ontem ainda falei com ela e passei um e-mail malcriado que vou divulgar para o Brasil inteiro se não conversarmos direito. Temos de conversar direito.

Agradeço o Dr. Eurípedes, que nos atendeu na Secretaria, tivemos uma conversa, pois estamos querendo o quê? Equiparar o nosso salário.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR.**\_\_\_\_\_ - Eu disse que fomos à Secretaria, colocamos nossas ideias, fomos recebidos, quero agradecer. Falei que conversamos direito.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR.**\_\_\_\_\_ - Não, não é ameaça. Não é.

**O SR. PRESIDENTE (Natalini – PV)** – Por favor, deixe ele terminar de falar.

**O SR.**\_\_\_\_\_ - Depois o senhor pode falar. Agora, por favor, respeite minha fala.

Então dentro do que estamos propondo, essa nossa equiparação salarial é de valorização da nossa profissão. Não posso admitir que um cirurgião dentista ganhe menos do que um médico, quando ele faz o mesmo trabalho.

Quando estamos perante um juiz, por uma imperícia, temos muita gente que, às vezes, comete algo e vai pra Justiça, ele nos julga igualzinho: o que serve para o médico, serve para nós. É igual.

Ora, se nossa responsabilidade civil e criminal é igual, se nós fazemos o mesmo tipo de trabalho, logicamente é específico na boca – que é nossa área de atuação -, por que esse salário não pode ser igual?

Durante a campanha eleitoral, quando o Prefeito é candidato, quer dizer que votei no Prefeito, mas votei no anterior também – vou declarar meu voto, inclusive, fui até no meu Sindicato, lá prometeram a equiparação – e, repito: votei no atual Prefeito e não me arrependo. Só espero que ele nos atenda, pois toda vez que o encontramos, durante a campanha, falamos sobre a equiparação. Se ele falasse, lá atrás: “Olha, não vou equiparar”, bom aí eu concordo. Mas, agora, não aceitamos esse “não”. Esse “não” de não equiparar agora é que é inaceitável.

Não queremos ser diferente de ninguém. Queremos justiça pelo que fazemos na

área da saúde.

Então é isso que vim pedir à Comissão: vamos, por todos os meios, lutar pela equiparação. E estamos conversando, em diálogo aberto, temos até uma audiência e esperamos que não se vote até essa audiência acontecer, como eu disse no email de ontem, inclusive porque foi com a Primeira Dama que é também uma colega, não vou esquecer nunca que ela é uma colega. Aqui mesmo, no plenário, ela ganhou a medalha Paraim, que é a maior condecoração científica. É uma colega de excelência, da Universidade de São Paulo, e ela sabe muito bem da nossa causa.

Então estamos numa fase de negociação, o que desejamos é negociar, conversar, e não sermos esmagados. Aí vamos reagir. Esmagamento é reação. Esperamos não ter de reagir. Queremos que tudo caminhe bem. E é isso que a Odontologia está esperando. Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Natalini – PV)** – Muito obrigado também por seu pronunciamento.

Agora ouviremos o Sr. Rubens Orlando, Presidente da Associação de Odontologia da Prefeitura de São Paulo.

**O SR. RUBENS ORLANDI** – Sou Rubens Orlandi, Presidente da Associação Odontológica da Prefeitura. Essa luta é de 21 anos. A luta que o Petrelli é testemunha, o Manfredini é testemunha. Faço minhas suas palavras, bem como as do Manfredini.

Já expliquei porque partimos para a carreira de Analista de Saúde – Cirurgião Dentista. Porque, em 21 anos pedindo um direito – pois nós ganhávamos igual, no nível superior dado pelo Jânio Quadros, para a Saúde, todas as categorias de nível superior começavam no mesmo piso salarial -, nós queremos carreiras.

Na Constituição de 88, impediu-se o cargo largo, que é todo profissional com nível superior, da Saúde, no mesmo nível.

Com o Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Serra foi dada valorização à carga

horária e o cirurgião dentista, como médico – bem como o médico veterinário, que também é médico – eram jornadas de 20 horas, enquanto os outros a jornada era de 30, ou 36 ou 40. Mas tinham o mesmo piso salarial. Aí sou favorável ao cargo largo. Assim, todo nível superior com piso salarial igual, independente da carga horária.

Mas no Plano de Carreira do Serra e Kassab – maldito plano – foi dada valorização à carga horária. Então o fisioterapeuta, o psicólogo, ficaram ganhando o dobro do cirurgião dentista que tem processos invasivos, faz exames clínicos, diagnósticos, prognóstico, plano de tratamento e, quando termina o tratamento, tem uma equipe de saúde bucal como o médico tem – a equipe médica no Programa de Saúde da Família -, então, se temos uma equipe de saúde bucal, não somos disciplina de ninguém.

Não somos disciplina, somos a ciência da Odontologia, meu Deus do céu. Mas somos tratados como lavadores de banheiro da Saúde, como eu disse, pelo Secretário Filippi. E ele nos disse: “Vocês serão atendidos”. Mas, passados um ano e 11 meses indo à mesa de negociação salarial, ouvimos das pessoas que vieram de outros estados que isso era mentira e, portanto, não era verdade.

A pessoa desconhece, por isso, sou contra economista e administrador de empresa vir criar planos de cargos e carreiras para a Saúde. Devia ser criado por pessoas que conhecem a Saúde e que conhecem a função de cada profissional da Saúde. Daí partimos para caminhos diferentes.

Em primeiro lugar, expliquei isso para o Dr. Petrelli, quando ele me procurou: “Nós tínhamos de sair, primeiramente, do maldito cargo largo”, que é um balaio que botou todo mundo igual, quando a Constituição diz que o nível superior, as carreiras não são iguais. Lembro que em 1988, por causa daquilo que o delegado queria ser juiz, que queria ser Ministro do Supremo, com nível salarial igual, o Fernando Henrique tirou a isonomia dessas carreiras, superiores. Queremos a nossa carreira. Não quero ser médico, não quero ser fisioterapeuta, não quero ser psicólogo. Sou cirurgião dentista que só trabalho com processos evasivos. É a

única carreira que não tem consulta, receita. Só dá receita para a pessoa que está com infecção e que precisa de antibiótico. O dentista dá atestado, tem o ato médico odontológico, é responsável pelo seu cliente. Nós propusemos, no passado, a criação do departamento de odontologia dentro da Secretaria da Saúde. Não queremos um secretário, um ministro da saúde, dentista. Queremos um departamento de saúde bucal, dirigido por dentistas, aí não teria todo esse impasse. As outras pessoas não entendem, nem os Vereadores entendem porque nós queremos sair fora do cargo largo, porque toda a reforma que tem, não ficamos com nada. Ele já explicou o negócio da produtividade. Estenderam a produtividade para os outros, depois conseguimos na mesa que colocássemos mais 400 reais. O dentista vai ficar ganhando metade do J40, e no fim, um terço do médico. Muito Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Natalini)** – Temos as emendas aqui, temos a solicitação por escrito. A emenda da equiparação e a emenda da carreira, vou colher 19 assinaturas. A carreira, acho que certo entendimento com o governo de sentir um problema muito grande, daquela questão de colocar. Está mais ou menos acordado a aprovação dessa emenda. Mas no fritar dos ovos é tanta confusão que precisa ficar muito esperto. Vou ficar da minha parte e peço para vocês ficarem também conversando com o Líder do Governo, nobre Vereador Arselino Tatto, direto, acompanhando para que ele não coloque. Aqui tem uma história. Coloca as emendas todos em um bloco, aprova ou rejeita em bloco. O Governo, muitas vezes faz isso. então pode colocar essa aqui em bloco, rejeita em bloco e ai dançou. Tem de ficar atento.

Agora, quanto a equiparação, pelo sei. Não tem acordo, não tem anuência do Governo em aprovar essa emenda. Vou fazer a emenda, a pedido dos senhores. Vou pedir para a comissão de saúde encampar. O presidente da Comissão, não pode estar aqui hoje, nobre Vereador Calvo, está tratando da saúde e a audiência pública não precisa ter todos Os Srs. Vereadores, estando eu e o nobre Vereador Netinho de Paula. É o suficiente para que façamos um trabalho. Estamos aqui representando o coletivo. Tenho certeza de que o nobre Vereador Netinho de Paula, ajudará nisso. Já temos uma bancada favorável. Minha bancada



do PV também está favorável. Vamos ganhando as pessoas. Então com relação à Odontologia está resolvido, quer dizer está encaminhado. As emendas estão escritas, prontas e vamos fazer todo o encaminhamento devido.

Peço às entidades que formem um bloco de pessoas altamente respeitáveis e representativas e, se quiserem, conversem líder por líder. Se precisar, meu Assessor Ivan vai junto. Comecem pelo Líder do Governo e vão além, obviamente, conversar com o Governo.

Aqui está o Dr. Eurípedes que, na medida da possibilidade, tem tido extrema boa vontade de colaborar. Evidentemente que o poder dele vai até um ponto, ele não pode tomar todas as decisões, mas é um aliado que temos de tratar bem e ganhá-lo para ele ajudar a convencer o restante do Governo.

A esposa do Sr. Prefeito é uma pessoa fundamental, porque ela assopra na orelha do marido e uma assoprada de uma mulher na orelha de um marido, ele que não seja louco de não ouvir, porque fica muito esquisito. Estou brincando, mas o caso é sério.

Está tudo certo com a Odontologia? Tudo bem? Não há ninguém da APCD aqui? Nós a chamamos. Vocês são todos sócios e as entidades estão todas juntas, então falou com um, mexeu com todos.

O segundo ponto é o problema dos Educadores em Saúde. Sra. Ana, já entendemos sua questão, você já explicou de uma outra vez. Fizemos a emenda. Conversei com o Líder do Governo, Vereador Arselino Tatto, e com o Dr. Eurípedes também sobre a questão dos Educadores, se poderíamos fazer a modificação pedida por eles.

A senhora poderia dizer em poucas palavras o que vocês estão pedindo?

**A SRA. ANA** – Nossa jornada original de trabalho é de 20h semanais. Temos 113 Educadores na rede. Nossa situação é de vacância, ou seja, não há mais concurso para esse tipo de profissional e a maioria – como eu disse – está na jornada de 40h. Na hora da aposentadoria, o cálculo é feito em cima da jornada original, ou seja, de 20h. Contribuímos na Previdência com uma jornada de 40h e na hora da aposentadoria há uma redução.

Mas minha fala é em agradecimento. Primeiro por sermos ouvidos em nome da Associação dos Educadores em Saúde Pública. Queria dizer mais: o que é ser Educador em Saúde Pública. Significa dedicar-se ao desenvolvimento e a conscientizar pessoas, espalhar boas práticas que geram qualidade de vida, reverter hábitos e descobrir aptidões, ter forças porque dá muito trabalho, requer paciência e persistência. É um processo de sementeação contínuo como a água que é fonte de vida.

A Educação se mistura com as outras áreas do conhecimento, depois se separa e é só meio de tornar tudo vivo. O Educador em Saúde Pública ocupa seu tempo, pensamento para refletir e trabalhar as necessidades da pessoa e do coletivo em busca de soluções para promoção e prevenção da saúde. Moderador incansável na defesa do bem comum. Sabe que a solução dos problemas está na educação, no diálogo, na ética e defende sem titubear. E uma das saídas para reverter o caos definitivamente, no mundo todo, é sabido que sem Educação, o nosso destino ficará perdido. Hoje, as políticas públicas em saúde exaltam com prioridade a educação permanente, capacitações e grupos, que envolvem atuação do educador em saúde pública pela formação que temos e suas consagradas práticas na área da saúde.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Laércio Benko)** - Muito obrigado D. Ana. (Palmas)

Registro a presença do Vereador Laércio Benko, do PHS, que teve a felicidade ou infelicidade de ser meu concorrente a governador do estado. Nós fomos concorrentes, fizemos uma campanha bastante produtiva, embora não tivemos sucesso, por enquanto. O senhor é mais jovem do que eu pode falar “por enquanto”. Eu tenho um pouco de dúvida se posso falar isso.

A Ana colocou, está pronta a emenda. São 130 educadores?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Natalini)** - Centro e trinta.

Dr. Eurípedes, há condições de encaminharmos essa emenda com possibilidade de

aprovação por conta do Governo? O senhor acha que é possível?

**O SR. EURÍPEDES** – Quero falar também sobre a questão dos dentistas.

Eu quero falar também sobre a questão dos dentistas, mas de qualquer forma vamos começar pela questão das educadoras que é mais simples.

Na verdade, há uma reivindicação para transformar a jornada especial de trabalho de 40 ou mesmo de 24, salvo engano, parece-me que há jornada especial de 24.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. EURÍPEDES** – Pois é, mas as pessoas fazem 20 e especial de 24. Não é assim?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. EURÍPEDES** – Mas eu não estou me referindo aos educadores, em particular. Estou dizendo que há uma reivindicação de transformar jornadas especiais de trabalho.

Para os senhores Vereadores entenderem, por exemplo, sou médico, trabalho 20 horas. Entrei no concurso para jornada de 20 horas. Por necessidade do serviço, designaram-me uma jornada especial de trabalho de 40 horas.

A reivindicação que existe é de que pessoas que já exerçam essas atividades por mais de 5 anos, lhes seja conferida a possibilidade de transformar essa jornada em permanente. Em princípio há uma grande aceitação do Governo para essa situação.

Não estamos aceitando, no momento, que isso se estenda a tempo de cargo comissionado. Não há acordo ainda quanto a esse aspecto, que também é uma reivindicação.

Então essa questão da jornada especial de trabalho, no jargão técnico, ser permanentada, eu diria que a bola está na marca do pênalti, do nosso ponto de vista, do Executivo. A chance de ser aceita é muito grande. Parece que essa é a principal questão dos educadores de saúde pública, não é isso.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. EURÍPEDES** – Transformar para os aposentados?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. EURÍPEDES** – Está bom. Mas aí proporcional ao tempo que contribuiu. Porque não pode ser para a aposentadoria desproporcional ao tempo que contribuiu, de acordo com as regras de aposentadoria vigentes.

A outra questão, Vereadores Benko, Natalini e Netinho de Paula, ontem no Plenário foi comentado várias vezes, levantando como dúvida com relação ao subsídio. Primeiro, o projeto dá reajuste nos anos de 2014, 15 e 16, porque tem tabelas para 2014, 15 e 16. Nesses três anos já haverá reajuste decorrentes das tabelas, no caso do ano de 2014 é retroativo a 1º de maio. Só há um pequeno problema que estamos tratando para o pessoal das autarquias, tanto da autarquia hospitalar municipal quanto do Hospital do Servidor Municipal, porque como eles vão mudar de regime trabalhista, nós não podemos pagá-los retroativamente, só a partir da mudança do regime e aí deverá ser tratada uma compensação financeira sob a forma de um abono, provavelmente. Eu não tenho segurança absoluta do termo técnico, mas vai ser tratado assim. Aí foi levantada a dúvida seguinte pelo Vereador Natalini: “E para o futuro o que vai acontecer?” Primeiramente, deixo claro que nos anos de 2014, 2015 e 2016 já está resolvido. Então, o futuro pelo menos do ano que vem e do seguinte está resolvido.

A segunda questão é: no projeto atual, artigo 112, que está sendo trabalhado com a mesa de negociação - está presente um dos coordenadores da mesa, a Ana Firmino, a Neide estava aqui, estão os companheiros da odontologia, o Cássio e o Iramir, que participam, estava também o Leandro e não sei se tem mais alguém da mesa e as educadoras também tem participado da reunião - e apesar do Presidente do Sindicato dos Odontologistas ter dito que não há negociação, a representante deles, Denise, participa em todas as mesas de negociação. É por isso que fiquei indignado, porque dizer que eu não faço as coisas, que não recebemos, embora o Sindicato receba quando eles pedem. Agora, acho muito indelicado deixar no ar uma observação em relação a Primeira Dama, ela não está aqui, não pode

responder e acho isso muito desagradável.

Mas indo para frente que é o que interessa, estamos discutindo com as 11 entidades que participam da mesa, entre as quais, o Sindicato dos Odontologistas, é um substitutivo que deverá chegar aqui para 2ª votação. Então no atual artigo 112 e que pela nova numeração, talvez, seja o 113, está previsto que haverá reajuste dos subsídios a partir de 2017, de acordo com a legislação vigente. No atual está escrito “Poderá haver”. Isso é um erro que já havia sido modificado no projeto, mas quando foi para ATL foi com esse erro. E virá na redação do substitutivo “Deverão haver reajustes a partir de 2017, de acordo com a legislação vigente”.

Porém, pode-se dizer: mas a lei atual é ruim, da 001. Já há também um compromisso, salvo engano, na cláusula 8ª do protocolo de negociação. O Ivã está aqui e pode acessar. No *Diário Oficial*, de 12 de novembro, que foi encaminhado para esta Casa, está publicado o projeto de lei, lá tem um protocolo de negociação com as entidades e, salvo engano, na cláusula 8ª do protocolo, está previsto que vamos renegociar a lei salarial no ano que vem. Será uma renegociação, então haverá reajuste para o futuro.

Agora, qual o reajuste? Em 2017 será outro Governo. Alguns que tem temor dizem o seguinte: vamos perder o quinquênio e a 6ª parte e não temos nenhuma garantia de reajuste. Mas, Vereadores, o quinquênio e a 6ª parte já estão inseridos dentro do projeto. E vai mudar também o critério de progressão, porque atualmente o critério de progressão é a cada 24 meses e estamos passando para 18 meses, porque como aumentamos as categorias de 13 para 17, precisamos fazer uma progressão mais rápida, porque senão não se chegaria ao final da carreira. Então as pessoas estão sendo beneficiadas financeiramente. Haverá reajuste garantido e já está garantido nesses anos como já disse.

Agora, respondendo aos colegas dentistas que aqui se encontram, primeiro, há uma emenda e eu entendi que o que estava sendo proposto era analista para cirurgião dentista, analista para médico veterinário e analista para educador. Se não for isso, depois

precisamos ler, comparar com o projeto e ver exatamente o que é. Porque essa questão é o seguinte: Foram criados, no Governo Maluf, os chamados cargos largos. Essa é uma discussão que existe na saúde como um todo. É uma questão que diz respeito ao Governo e também às categorias que estão aqui representadas.

Já tínhamos discutido na mesa de negociação que se houvesse acordo entre as categorias - o Governo pediu para ver se havia acordo entre as categorias, não houve no primeiro momento -, eu aqui não posso passar uma opinião do governo sobre isso, mas pessoalmente vejo com simpatia uma eventual mudança para os dentistas desde que haja acordo com as outras categorias.

Discute-se a questão de como as outras categorias podem entender isso. Eu consultei os representantes da mesa e eles entenderam que é legítimo uma categoria qualquer apresentar a sua reivindicação. Se for entendido assim, eu acho que eventualmente essa discussão poderá prosperar.

Estou falando claramente a minha posição com a responsabilidade que tenho de coordenar as negociações em nome da Secretaria Municipal de Saúde: eu vejo com simpatia, mas não é uma posição ainda do Governo.

É importante dizer que estamos valorizando a odontologia e obviamente melhorar o atendimento aos munícipes. Essa é a preocupação de todos nós e dos Vereadores, com certeza. Estamos valorizando, abrimos concurso, estão sendo chamados 200 dentistas, salvo engano. Nós atendemos todas as reivindicações que foram apresentadas sobre jornada de trabalho no projeto. Então, estão sendo abertas todas as jornadas regulares de trabalho: 20, 24, 30, 36 e 40 horas, se não me engano.

É importante prestar atenção no seguinte, por exemplo, 40 horas, mas imagino que na jornada de 20 seja parecido, se pegar o médico com 40 horas, em 2016, o salário inicial será 12 mil reais e o final 20.407. Para os analistas, onde estão os dentistas, enfermeiros e farmacêuticos, começa em 6.760 e o final é 16.067 de tal forma que para os médicos a

amplitude da variação é de 1.7 e para os analistas é de 2.38. Ou seja, estamos propondo uma amplitude na carreira do ponto de vista de vezes maior para os analistas do que para os médicos em particular. É que temos um problema importante que é a contratação de profissionais para a rede. Nós precisamos contratar. Isso é o que oferecemos aos analistas.

Não questionamos os argumentos apresentados aqui da odontologia. Sabemos da importância e homenageamos e agradecemos o trabalho que tem sido feito aos munícipes na cidade de São Paulo. Agora, por razões históricas, de formação, as profissões caminharam diferentemente. A medicina caminhou de uma forma e a odontologia de outra no Brasil.

Tratamos com todo o respeito. A primeira dama tem se envolvido nisso e por isso que reclamei da manifestação porque não é compatível com o que ela tem feito. É óbvio que a Câmara é soberana para fazer o que ela acha melhor.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Natalini)** – Obrigado.

O Vereador Benko quer fazer uma intervenção.

**O SR. LAÉRCIO BENKO** – Uma brevíssima intervenção. Em primeiro lugar, esclarecer que eu não concorri contigo, eu fiz um estágio contigo, aprendendo ao seu lado, aprendendo ao seu lado durante a campanha. Só vim para manifestar meu apoio à categoria dos dentistas. Recebi um telefone do meu amigo, meu Líder Ciro Moura, e ele pediu para que eu viesse dar apoio. Estamos em total apoio à categoria dos dentistas. Vi que o Vereador Natalini vai apresentar uma emenda em defesa dessa categoria. Em que pese eu não fazer parte desta comissão, contem comigo, em plenário, para a assinatura da emenda, substitutivo, seja o que for. Estou 100% ao lado da categoria. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Natalini)** – Muito bem. Então três bancadas já declararam apoio. Temos agora de ir atrás das outras, e negociar com o Governo, porque se o Governo bater o pé fica difícil de aprovar. Mas, como disse o Eurípedes, tudo é conversável. Então tem que conversar.

Ivan, você queria falar? Por favor.

**O SR. IVAN** – A respeito dessa emenda dos dentistas da Prefeitura do Município de São Paulo: a emenda não altera nada, é apenas um ajuste técnico. A nomenclatura, que passa a ser *analista-cirurgião dentista*. A outra alteração restabelece a proporcionalidade da J20 para a J30 e J40. Ou seja, 20 mais 10 compõem a J30, e 20 mais 20 é a J40. Só restabelece a proporcionalidade. É isso a emenda e o pleito dos cirurgiões dentistas servidores do Município de São Paulo.

Era esse o esclarecimento. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Natalini)** – A emenda da equiparação está pronta? (Pausa) Está aqui a emenda da equiparação, cuja justificativa é dez vezes maior que a emenda. A emenda dos educadores e a emenda de carreira dos cirurgiões dentistas. Peço novamente para vocês não sumirem daqui. Procurem as lideranças, procurem o Governo, procurem o Tatto, os outros Líderes, para que nos ajudem a explicar.

Tinha o problema da Santa Casa. Alguém queria falar.

**A SRA.** – Boa tarde a todos. É só um informe/denúncia. Vocês já devem ter visto que está sendo propagado na mídia a questão da Santa Casa. A Santa Casa soltou oficialmente um comunicado falando do não pagamento do 13º, de todos os trabalhadores, desde médico até o pessoal da limpeza, e agora também tem informação de que provavelmente o pagamento do mês, do quinto dia útil, também tem a probabilidade de não ser viabilizado. É isso que queremos informar, porque o trabalhador não pode, mais uma vez, ser penalizado pela má gestão que acontece na Santa Casa de São Paulo, porque sabemos o quanto vem de aporte financeiro do Governo Federal e também do Governo Municipal, não vou nem citar o Governo Estadual, para suprir essas necessidades. Inclusive já está sendo viabilizado e trabalhado uma paralisação de todos os trabalhadores, que nós vamos retirar nas assembleias de cada categoria. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Natalini)** – Não havendo mais nada a tratar, declaro



encerrada a presente reunião.